



Av. Loureiro da Silva, 255 - Bairro Centro Histórico, Porto Alegre/RS, CEP 90013-901
Telefone: (51) 3220-4346 - <http://www.camarapoa.rs.gov.br/>

ATA DE REUNIÃO

ATA DA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA REUNIÃO (ORDINÁRIA) DA COMISSÃO DE SAÚDE E MEIO AMBIENTE DA TERCEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA, EM 21-11-2023.

Aos vinte e um dias do mês de novembro de dois mil e vinte e três, às dez horas e cinco minutos, reuniu-se na Sala 301 das Comissões Permanentes, a Comissão de Saúde e Meio Ambiente da Câmara Municipal de Porto Alegre, com a presença dos vereadores José Freitas, Cláudia Araújo, Aldacir Oliboni, Lourdes Sprenger e Psicóloga Tanise Sabino. Também esteve presente na reunião o vereador Jonas Reis. Constatada a existência de quórum o senhor Presidente declarou abertos os trabalhos e, de imediato, foi aprovada a Ata da reunião (ordinária) anterior, tendo sido dispensada a leitura da mesma. De imediato, foi lido, discutido e APROVADO, de acordo com os §§ 4º e 5º do art. 42 do Regimento, no dia dezoito de novembro do corrente, o Parecer nº 098/23 (Projeto de Lei do Legislativo nº 144/23 – Processo nº 0294/23), de autoria da vereadora Cláudia Araújo. Dando prosseguimento, o senhor Presidente comunicou que a pauta desta Reunião seria “A atual situação dos profissionais do Estratégia de Saúde da Família (ESF) em Porto Alegre” e, de imediato, destacou as seguintes presenças: João Ezequiel, diretor-geral do Sindicato dos Municipários de Porto Alegre (Simpa); Cláudia Canatta, representante da Associação dos Agentes Comunitários de Saúde de Porto Alegre; Marco Brignol, diretor-geral da Associação dos Servidoras e Servidores do Hospital Materno Infantil Presidente Vargas (ASSERP); César Sulzbach, secretário-adjunto da Secretaria Municipal de Saúde (SMS); Livia Disconsi Wolitz de Almeida, psicóloga da SMS; Eveline Rodrigues, diretora-adjunta da Diretoria de Atenção Primária à Saúde da SMS e Daniela Copetti Cravo, procuradora da Procuradoria-Geral do Município (PGM). Em prosseguimento, o senhor presidente passou a palavra ao vereador Aldacir Oliboni, proponente da pauta. Ele afirmou que a atenção básica está encontra-se muito prejudicada, tendo em vista a alteração das equipes de ESF, em especial quanto aos agentes comunitários de saúde (ACSs) e agentes de combate a endemias (ACEs). Afirmou que não estão ocorrendo os pagamentos da Gratificação de Incentivo à Qualidade da Atenção e Gestão do Sistema Único de Saúde (GIQ), da Parcela Autônoma do SUS e do Incentivo Financeiro Adicional (IFA), questionando quando esses pagamentos ocorrerão. Observou. Ainda, que os trabalhadores não estão contemplados pelos benefícios de previdência social, pois os valores descontados em contracheque não estariam sendo repassados ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Criticou, também, o fato de alguns ACSs e ACEs estarem tendo suas carteiras de trabalho registradas com o preenchimento incorreto da informação dos cargos. Questionou se há concursos públicos para esses cargos abertos e se há previsão de chamamento de aprovados. Apontou que a SMS está tratando esses cargos como sendo de natureza híbrida, quando seria, na verdade, de natureza estatutária. Concluiu afirmando que se trata de problemas de gestão que estão gerando prejuízos à carreira desses servidores. A seguir, a vereadora Psicóloga Tanise Sabino declarou que os profissionais do ESF são os responsáveis pelo primeiro contato com a comunidade e, por isso, é importante dedicar um olhar atento à categoria. Em seguida, a vereadora Cláudia Araújo relembrou que houve uma luta muito

grande para prevenir o fim do Instituto Municipal da Estratégia de Saúde da Família (Imesf) durante o governo anterior, o que não impediu que houvesse um desmonte do serviço nesse período. Considerou que a quantidade de ACSs adequada para a população está longe do indicado, sendo necessário ampliar esse quantitativo. Declarou-se, também, uma defensora dos ACSs e dos ACEs. Após, o senhor João Ezequiel disse que os pontos expostos pelo vereador Aldacir Oliboni são os mesmos que têm sido apresentados à SMS. Defendeu que não seja dispensado tratamento de segunda categoria aos profissionais, pois precisam ser tratados como servidores e servidoras, mas atualmente estão tendo seus direitos negados. Quanto às falhas nos registros funcionais, informou que a SMS argumenta haver problemas no sistema eSocial que não restringem ao município. Reiterou que houve trabalhadores prejudicados pela falta de repasse dos valores do INSS. Destacou, também, que ACSs e o ACEs são fundamentais para a cidade, pois eles são os elos que conectam a SMS à população, visitando as residências e constituindo o eixo da ESF. Por fim, entregou documentos à Comissão nos quais constam o registro da apresentação dessas demandas à SMS, sem que tenha havido resposta até o momento. Após, a senhora Cláudia Canatta opinou que a atenção básica começou a adoecer quando a responsabilidade da saúde foi passada para instituições parceirizadas, o que provocou a desconfiguração do vínculo com a comunidade, essencial para o serviço. Afirmou que as deliberações do controle social em Porto Alegre não estão sendo respeitadas e que os profissionais responsáveis pelo cuidado dos idosos, das mulheres e das crianças. A seguir, o senhor Marco Brignol criticou a redução do quantitativo de ACSs ocorrida no governo anterior, afirmando que atualmente há menos da metade de ACSs do que o recomendado, em média, mesmo que haja concursos públicos com aprovados aguardando nomeação. Observou que há déficits de enfermeiros e técnicos de enfermagem no Pronto Atendimento Cruzeiro do Sul, no Hospital Materno Infantil Presidente Vargas e no Hospital de Pronto Socorro. Por fim, defendeu a reposição dos cargos de auxiliar de enfermagem extintos com técnicos de enfermagem. Em seguida, o senhor César Sulzbach declarou que, desde que assumiu o cargo de secretário-adjunto, em janeiro deste ano, foi procurado pelo Simpa para tratar do assunto, o qual vem sendo discutido amplamente no âmbito de um grupo de trabalho formado na SMS para essa finalidade. Salientou que alguns pontos precisam ser alinhados com a participação da Secretaria Municipal de Administração e Patrimônio (Smap), lamentando a ausência de seus representantes na presente reunião, pois esse convite foi enviado com pouca antecedência. Quanto à GIQ, informou não haver legislação municipal que preveja o pagamento dessa verba aos trabalhadores, mas que o assunto continua sendo discutido. Quanto ao IFA, informou não haver legislação específica sobre o tema e destacou que os ACSs e os ACEs não ingressam no serviço por meio de concurso público. Informou que há três situações distintas de vínculos entre esses profissionais; os estatutários, os reintegrados e os celetistas. Sendo assim, comunicou que se está buscando a equiparação de pagamento às categorias, sem implicar em perdas. Dando continuidade, a senhora Livia Disconsi Wolitz efetuou leitura de nota técnica do Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde – Conasems -, na qual fica definido que os ACSs e ACEs não são servidores efetivos e não possuem estabilidade, não havendo respaldo para o recebimento de determinadas gratificações e incentivos. Quanto às falhas de registro funcional, afirmou ser necessário finalizar a implementação do eSocial para que o problema seja resolvido. Quanto aos repasses ao INSS, informou que estão sendo realizadas e que essa questão será esclarecida em reunião já solicitada pelo Simpa à SMS. Ainda pontuou que se busca garantir que os benefícios previdenciários sejam garantidos aos trabalhadores. Em contrapartida, o vereador Aldacir Oliboni cobrou direcionamentos mais claros e objetivos quanto aos problemas apresentados. Em resposta, a senhora Livia Disconsi Wolitz comunicou que a finalização da implementação do eSocial é liderada pela Smap, com participação da Companhia de Processamento de Dados do Município de Porto Alegre (Procempa), não estando sob responsabilidade direta da SMS, o que não impede que os profissionais recorram à área de recursos humanos da secretaria quando necessário. Em prosseguimento, o senhor César Sulzbach lembrou que é fundamental a participação da Smap na discussão sobre o assunto e declarou que a SMS encara com seriedade a necessidade de dar respostas aos trabalhadores. Após, a senhora Eveline Rodrigues pontuou que a redução do número de ACSs foi uma ação do governo

federal, mas que a SMS está planejando ampliar essa cobertura para além do previsto pela União. A seguir, o vereador Jonas Reis chamou atenção para o fato de que há unidades de saúde sem ACSs, o que não pode continuar. Argumentou que a atenção primária tem sido desincentivada, o que leva ao aumento da busca pela média e alta complexidade. Criticou o fechamento de sete unidades de saúde em territórios importantes, efetuada no governo anterior. Fez menção à indicação encaminhada pela Câmara à Prefeitura Municipal a fim de estender os benefícios da categoria a todos os seus integrantes e defendeu a isonomia salarial. Por fim, sugeriu que a SMS se reunisse com a gestão sindical para retomar o pagamento do vale-alimentação e criticou as falhas nos registros funcionais dos trabalhadores. Em seguida, a senhora Daniela Copetti Cravo reconheceu a importância do tema e informou haver questões de natureza jurídica que precisam ser analisadas, pois há aspectos que não podem ser decididos pelo juízo de conveniência e oportunidade do gestor. Em prosseguimento, o senhor César Sulzbach afirmou que todas as reclamações apresentadas nesta reunião serão levadas à Smap e que as informações necessárias serão disponibilizadas aos trabalhadores, pois a gestão preza pela transparência. Dando continuidade, o senhor João Ezequiel reconheceu a importância do grupo de trabalho formado na SMS para discutir a situação dos ACSs e dos ACEs, mas fez a ressalva de que a discussão está resumida à definição das atribuições dos cargos, sem contemplar o debate sobre os benefícios da categoria. Por fim, informou que a análise jurídica realizada pelo Simpa concluiu que esses trabalhadores são empregados públicos ligados à Administração Direta. Após, a vereadora Psicóloga Tanise Sabino demonstrou preocupação com a saúde mental dos trabalhadores e sugeriu encaminhamento de reunião para elaboração de instrução normativa a fim de aliviar o trabalho dos ACSs e ACEs durante o verão, que está previsto para ser um dos mais quentes da história. Por fim, o vereador Aldacir Oliboni manifestou decepção com a reunião por ter sido pouco propositiva, tendo em vista haver discussões avançadas sobre o assunto. Pediu que o governo municipal perceba a urgência do tema. Finalizando, pediu a realização de reunião com a SMS, a Smap, a PGM e a Procempa para discutir o assunto dentro de dez dias. Registra-se que o inteiro teor dos debates, após transcrição, fará parte integrante desta Ata, bem como a lista de presenças desta Reunião. Às doze horas e seis minutos, nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente declarou encerrada esta Reunião. Do que foi lavrada a presente ata, que, após lida e aprovada, será assinada eletronicamente pelo senhor Presidente, vereador José Freitas.



Documento assinado eletronicamente por **José Amaro Azevedo de Freitas, Vereador**, em 05/12/2023, às 16:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Art. 10, § 2º da Medida Provisória nº 2200-2/2001 e nas Resoluções de Mesa nºs 491/15, 495/15 e 504/15 da Câmara Municipal de Porto Alegre.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.camarapoa.rs.gov.br>, informando o código verificador **0655724** e o código CRC **ODA8A46E**.